

LINHAS PROGRAMÁTICAS DE CANDIDATURA

“MELHORES ÁRBITROS - MELHORES REGATAS”

INTRODUÇÃO ÀS LINHAS PROGRAMÁTICAS

Quando assumimos o encargo de gerir a Arbitragem no final de 2016, os clubes enfrentavam sérias dificuldades para organizarem provas, designadamente difíceis condições materiais, falta de qualidade na Arbitragem e carência de apoios institucionais que tiveram como consequência a diminuição da qualidade das regatas.

Essa situação, nos últimos anos, foi melhorando um pouco, mas ainda há muito caminho a percorrer, até porque a situação tem vindo a caracterizar-se por uma concentração em menos de meia dúzia de clubes com maiores disponibilidades financeiras, conseguidos através de ajudas diferenciadas, o que chama a si a organização de importantes eventos.

A vela é um desporto em evolução, onde constantemente se tenta melhorar as técnicas, os procedimentos de regata e as regras.

Há quem defenda que a qualificação dos árbitros se deve nivelar por cima. Nada contra essa asserção que também defendemos.

Só que esses pensam que o número de árbitros deve ser bastante mais restrito para garantir um suposto grau de excelência, pondo em risco uma renovação necessária ao longo do tempo, que a vida inexoravelmente impõe, e criando ciclos variáveis de competência.

Apenas através duma base alargada, com formação continuada, se pode apurar competências que permitam garantir a prazo capacidades para dirigir os maiores e mais importantes eventos desportivos que venham a ocorrer no nosso país.

Por outro lado, a defesa dum grupo muito restrito, tende a albergar interesses próprios na gestão da Arbitragem que são espúrios relativamente à modalidade e que dalguma forma se fazem sentir, quando esse número restrito de clubes indica sempre um certo número de árbitros da sua simpatia para assumirem a condução das provas por si organizadas.

Os árbitros não devem cristalizar os seus conhecimentos e continuarem protegidos por um status, porque se não se atualizarem e aperfeiçoarem, sofrem a qualidade das regatas e por via disso os velejadores e os próprios clubes.

O objetivo principal do nosso Programa de Acção têm sido o de formar melhores árbitros para que em Portugal se realizem melhores regatas e com isso todos possam beneficiar: os clubes, os velejadores, os árbitros, a federação e o desporto da vela em geral.

A RAZÃO DE UMA LISTA INDEPENDENTE

O árbitro é uma pedra angular da competição e dele os velejadores e clubes esperam decisões justas e imparciais.

É muito improvável existir uma arbitragem imparcial, se o órgão encarregado da sua gestão não for também isento, autónomo e independente.

É em nome dessa autonomia e isenção, livre das tendenciosidades eleitorais, que o nosso Conselho de Arbitragem se apresenta à eleição em lista independente.

Numa eleição em que estão em confronto três listas para a Direção com tão diversos projetos, o Conselho de Arbitragem deve manter-se imparcial.

Assim, não seremos reféns das ideias de nenhuma das listas concorrentes e seguiremos o caminho que estamos convictos ser o melhor para a Arbitragem e conseqüentemente para a Vela em geral.

EXIGÊNCIAS DA COMPETIÇÃO

Além do problema de actualização técnica põe-se frequentemente a questão da mudança de mentalidade.

O juiz ou oficial de regatas não deve ser aquele que toma decisões arbitrárias sem cumprir e fazer cumprir todos os requisitos de uma audiência ou sem conceder os meios de defesa prescritos nas regras, quer o acusado seja um experiente velejador olímpico ou uma criança iniciada na Vela.

Sublinha-se também, dentro do quadro estatutário, a importância da independência na gestão da Arbitragem face aos restantes órgãos Federativos, desiderato que consubstanciou a nossa atuação no presente mandato e que desejamos manter.

APELAÇÕES

As Apelações não deverão tardar anos a serem resolvidas.

O atual Conselho de Arbitragem logo que recebe uma Apelação tem nomeado de imediato a respetiva Comissão e define prazos para uma tomada de decisão nunca superior a 30 dias.

Consideramos ser o procedimento mínimo que deve ser adotado para não descredibilizar a Arbitragem e respeitar os velejadores.

CRITÉRIOS OBJECTIVOS

Quando iniciamos a nossa função no final de 2016, verificámos a existência de problemas causados por uma insuficiente normalização das carreiras dos árbitros e pela ausência de critérios objectivos na sua nomeação.

Assim foi necessário estabelecer normas para regularem o acesso às diferentes graduações e critérios para as nomeações das Comissões de Regata e de Protestos.

Foi também necessário criar critérios objetivos para uma abrangente moralização do setor, inclusive os conflitos de interesse, bem como o aperfeiçoamento e actualização técnica dos juízes e oficiais de regata.

O nosso Programa revelou e apresenta uma viragem em:

- Divulgação ampla e transparente de todas as atividades,
- Formação adequada à evolução e competência dos árbitros.
- Critérios de nomeações mais justos e racionais,
- Definição mais correcta e objetiva do percurso dos árbitros,
- Inclusão de todas as Regiões e categorias da Arbitragem,

Estes são alguns dos principais propósitos que serviram e que mantemos para o futuro, no sentido de garantir uma qualidade crescente na condução e no julgamento das competições à Vela em Portugal.

A nossa equipa tem uma perspectiva dinâmica, aberta e comprometida com uma atitude de mudança, relativamente a um projeto que consubstancie uma visão construtiva sobre o futuro do desporto da vela.

O nosso objetivo tem sido e será:

“MELHORES ÁRBITROS - MELHORES REGATAS”